

A rebelião de Adolfo de la Huerta como foco de análise do governo de Álvaro Obregón (1920-1924).

EDMAR VICTOR RODRIGUES SANTOS*

Todo bien. Enemigos jamás conseguirán impedisionarnos... Pequeñas diferencias manifestadas por el señor Presidente aspecto meramente legal... Ten absoluta confianza y obra con toda seguridad.

Plutarco Elías Calles a Adolfo de la Huerta (apud CASTRO, 1997: 193).

Essas são palavras transmitidas por telégrafo pelo general Plutarco Elías Calles ao seu amigo Adolfo de la Huerta, ambos então secretários de Estado no gabinete do general Álvaro Obregón – nas pastas de Governança e Fazenda, respectivamente. Era o ano de 1922, quando De la Huerta estava em sua missão em Nova York com o fim de negociar alguns assuntos espinhosos, dentre eles: a dívida pública externa do México, a querela aberta com as empresas petrolíferas por conta do artigo 27 da nova Constituição e as reclamações feitas por cidadãos e empresas dos EUA por reparação aos danos causados nos anos da guerra civil mexicana (1910-1920). Todas essas questões acabavam por, de uma maneira ou de outra, desaguar no problema do reconhecimento diplomático por parte dos EUA ao governo mexicano, então suspenso.

Os três políticos acima nomeados, todos oriundos do estado de Sonora, formaram a tríade que encabeçou a maior coalizão político-militar desde o início da guerra civil revolucionária, em 1910, abrindo um novo ciclo no contexto da Revolução Mexicana. Se as palavras amistosas de Calles eram sinceras ou se escondiam uma agenda secreta é difícil dizer. O fato é que pouco tempo depois, entre o fim de 1923 e início do ano seguinte, as opiniões mudaram consideravelmente, de maneira que Calles e De la Huerta passaram a ser rivais em uma das maiores crises políticas abertas durante o período 1920-35 – período

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalho realizado com auxílio Bolsa Nota 10 concedido pela Faperj. E-mail: edmarvictorjr@gmail.com

genericamente referido como “Reconstrução” – e que tomo como balizas cronológicas para uma pesquisa de maior fôlego ainda em desenvolvimento.

O evento crítico em questão, conhecido como **rebelião delahuertista**, será o ponto-chave desse artigo, que pretende analisar aspectos da política de Estado do governo de Álvaro Obregón a partir da mais expressiva (ao menos em números) contestação da década quanto aos rumos da revolução. O objetivo central aqui é tentar apresentar algumas características do governo Obregón, as questões em aberto acentuadas pelo movimento delahuertista, contradições e respostas colocadas nesse intenso e conturbado período da vida política mexicana. Nesse sentido, o texto foi dividido em três seções com narrativas entrecruzadas, cada uma privilegiando uma das questões centrais do período: a sucessão presidencial, a tentativa de equilibrar as forças políticas sobreviventes da guerra e a tensa relação México-EUA.

O expediente analítico a ser aqui adotado será o seguinte: partindo dos temas tocados por dois documentos centrais da rebelião delahuertista – o **Manifiesto Revolucionario de Adolfo de la Huerta** (dezembro de 1923) e o **Manifiesto a la nación. Documento de apoyo al movimiento delahuertista** (1924) – serão destacados alguns trechos que, elaborados no fim do governo de Obregón, lançam luz sobre o que teria sido esse período, abrindo (ou reabrindo) questões não resolvidas.

A sucessão presidencial

La terminación del presente período constitucional, ha traído nuevamente a la vida nacional el grave problema de la sucesión presidencial, que renueva todas las aspiraciones revolucionarias insatisfechas, desde el respeto al sufragio popular, hasta las reformas más hondas que no han logrado aún instituirse definitivamente.

Manifiesto a la nación. Documento de apoyo al movimiento delahuertista (1924: 925)

Desde o fim da guerra civil, as eleições envolvendo a sucessão presidencial foram períodos bastante conturbados da vida política mexicana. Mesmo que o resultado, por vezes, fosse conhecido de antemão, elas permitiram que emergissem “las pugnas soterradas permanentemente se vivieron dentro del grupo en el poder” (VALENZUELA, 2002: 55).

Frequentemente, as campanhas envolviam altos índices de violência entre os grupos opositores e não raro foram precedidas ou seguidas de rebeliões.

A primeira jornada eleitoral pós-guerra, culminando no ano de 1920, não foi diferente. Seria apenas mais uma dentre as várias rebeliões militares que se seguiram desde o começo da Revolução Mexicana (em 1910), caso não acabasse por entrar para os anais da história como a última rebelião bem-sucedida que houve no México contemporâneo (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 100). Ou, para ser um pouco mais criterioso, a última que conseguiu depor o governo contra qual se insurgiu. Seu chamado foi feito através do **Plano de Agua Prieta** e, apesar de declarar como causa formal da insurreição “apenas” as violações que o governo federal de Venustiano Carranza teria infligido ao estado de Sonora, o racha que esse movimento significou na grande coalizão responsável pela elaboração da Constituição de 1917, ligava-se intimamente com o problema da sucessão de Carranza nas eleições marcadas para ocorrer no fim do fatídico ano em que estourou o levante aguaprietista.

Do movimento rebelde emergiam três estrelas maiores, “amigos íntimos” (DULLES, 1977: 176), que, nos anos seguintes, constituíram o núcleo do poder estatal: **Adolfo de la Huerta**, então o governador de Sonora e a quem o **Plano** pretendia entregar o poder Executivo provisoriamente, em caso de vitória; **Plutarco Elías Calles**, o governador de Sonora anterior, quem indicou De la Huerta para sucedê-lo e foi o único Gal. de Divisão (o mais alto posto militar) signatário do **Plano** original; e, por fim, **Álvaro Obregón**, o mais laureado e prestigiado general da guerra civil e que, por aqueles tempos, já havia lançado sua candidatura para a presidência da República. Ainda que Obregón não tivesse propriamente assinado o **Plano** ou que este fizesse qualquer menção ao general, a sua candidatura era o tema quente do momento e, desde que foi lançada, “abrió una brecha entre el gobierno de Sonora y el federal”, nos dizeres de Berta Ulloa (1981: 1173).

A querela se instala quando Obregón revoga seu afastamento da vida pública nacional para se oferecer como resposta aos anos de governo de Carranza que, para muitos, mostraram-se insatisfatórios. Durante seu mandato constitucional, Carranza foi implacável na repressão às greves; ignorou largamente o pulsante problema da repartição de terras (não obstante o imperativo incorporado no artigo 27 da Constituição de 1917), preferindo acordos com grandes fazendeiros expropriados durante a guerra, com a intenção de retomada rápida da

produção (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 81; WOMACK Jr., 2002: 166); além de ter composto a sua burocracia majoritariamente com administradores profissionais e bacharéis que já haviam prestado serviço nos governos de Porfírio Díaz e Victoriano Huerta (aqueles contra quem a revolução se insurgiu em primeiro lugar). Com isso, o presidente eleito passou por cima dos interesses dos homens forjados pela revolução, aqueles que viveram durante anos nos campos de batalha, com diversos sucessos militares, e não se sentiam contemplados – ao menos não de forma suficiente – pelo novo regime.

Ao vencer a eleição presidencial, por exemplo, Carranza não convidou para compor seu gabinete nenhum dos integrantes do Partido Liberal Constitucionalista (PLC), criado ainda em outubro de 1916 com o princípio de “unificar el criterio del elemento revolucionario” (ULLOA, 1981: 1158). Embora o PLC reunisse militares e civis, os primeiros, pela própria conjuntura criada pela guerra, possuíam maior preeminência política – despontando, dentre eles, o sonorense Álvaro Obregón como o mais eminente. Completando o quadro, apesar de dever em muito o seu triunfo aos oficiais revolucionários, em geral, e a Obregón, em particular, Carranza parecia se opor a candidatura deste, apelando constantemente aos revolucionários que não tomassem “posições prematuras” a respeito de qualquer candidato (ULLOA, 1981: 1172). No início de 1920, o presidente confirma os rumores de que insistiria a todo custo em um candidato civil para a sucessão, apontando o inexpressivo engenheiro Ignacio Bonillas – também oriundo de Sonora, o que talvez indique uma tentativa de dividir o principal núcleo de apoio obregonista.

As “posições”, todavia, já estavam tomadas e a situação que se desenhava não era nada favorável ao mandatário nacional. A insistência de Carranza por um sucessor civil, de um lado, e a ampla movimentação política a favor de Obregón, por outro, conduziu a uma crescente tensão que parecia opor governo federal e obregonistas. Não se pode negar que se tentou resolver (ou mitigar) essa tensão de forma amigável, como se depreende, por exemplo, de uma carta de Plutarco Elías Calles a Adolfo de la Huerta dando notas de sua reunião com o presidente (CALLES, 1919). Porém, o espírito beligerante ainda se mantinha pulsante entre os homens da revolução e numa decisão que acabou por revelar-se mal calculada, o presidente deu aos sonorenses o motivo que lhes pareceu suficiente para tomar as armas mais uma vez.

O estopim para a resolução armada do embate entre obregonistas e carrancistas foi o envio de tropas federais a Sonora, após um decreto que colocava o rio Sonora sob jurisdição federal e que anulava um pacto já travado entre Adolfo de la Huerta e os índios yaquis que ocupavam a região (ULLOA, 1981: 1173). Esse ato suscitou a ira dos sonorenses e como Carranza se recusava a dar qualquer explicação de sua atitude,¹ De la Huerta fez lançar o **Plano de Agua Prieta**, assinado por 18 generais e dezenas de outros oficiais, desconhecendo o poder de seu antigo Primeiro Chefe.² Ao mesmo tempo, Obregón emite um manifesto denunciando diversos problemas do governo carrancista, com especial atenção para nocividade da insistência do presidente – “imposição”, nas suas palavras – por outro candidato, dividindo a nação mais uma vez (OBREGÓN, 1920). No mesmo manifesto, ele encena a sua submissão a De la Huerta e, secundado pela maioria dos generais revolucionários,³ fecha o movimento que pôs fim ao período carrancista a frente do Executivo.

Em menos de um mês, a rebelião de Agua Prieta já havia se espalhado pelo país e surpreendeu Carranza tentando fugir para o porto de Veracruz. Crivado de balas enquanto dormia, seu enterro aconteceu no mesmo dia em que o Congresso reconheceu Adolfo de la Huerta como presidente provisório (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 95); nas eleições marcadas para o fim daquele agitado ano de 1920, apenas ficou sacramentado a esperada vitória de Obregón.

Já quando se aproximava o momento de definir o ocupante seguinte da cadeira presidencial, não parecia haver um grande problema, pelo menos à primeira vista. Segundo escreveu John Dulles, chegou a existir um diálogo entre Obregón, De la Huerta e Calles sobre o tema da sucessão que teria se desenrolado assim:

El presidente observo: “Tú y yo, Plutarco, no debemos dejar la política, porque nos moriríamos de hambre; en cambio Adolfo sabe cantar y dar clases de solfeo. En

¹ Segundo Berta Ulloa, “el presidente le contestó [a De la Huerta] que no estaba dispuesto a ‘discutir con un gobernador la conveniencia o inconveniencia de los movimientos militares dictados dentro de sus facultades’”. (1981: 1173)

² Título ostentado por Carranza quando estava no comando das tropas durante a guerra civil.

³ O que foi chamado pelo deputado carrancista Luis Cabrera de “greve dos generais” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 94).

esas condiciones, ¿quién crees tú que debe seguir después de mí en la presidencia de la república?”

Mientras Calles permanecía callado y pensativo, Obregón pidió su opinión a De la Huerta, quien logró contestar: “Bueno, después de ti debe seguir Plutarco.” (DULLES, 1977: 162)

Com seu texto ensaístico – mas que não chega a abrir mão de um considerável número de notas de referência –, a obra de Dulles pode suscitar alguma desconfiança sobre se o referido diálogo teria ocorrido com essas exatas palavras. Porém, é perfeitamente razoável afirmar que um tema tão crucial e sensível tenha surgido em conversas particulares entre os três. Igualmente, referências apontam que, até meados de 1923, De la Huerta se recusava terminantemente a aceitar a postulação de candidato presidencial que seus simpatizantes propunham (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000; DULLES, 1977; SERRANO ÁLVAREZ, 2011).

Então, como, afinal, passou-se da situação de um grupo dirigente unido (ou, pelo menos, não explicitamente em conflito) para um quadro de rebelião que acabou por ser encabeçada pelo secretário de Fazenda?

“Atrair, comprometer, eliminar”: o equilíbrio catastrófico

[Obregón] ha empleado el inmenso poder que el pueblo depositó en sus manos, para aherrojar esas libertades, convirtiéndose en líder político de la impopular candidatura del general Plutarco Elías Calles, [...]. Con esta finalidad y con respecto a la más alta representación nacional en él depositada, ha emprendido en la forma más activa, tenaz y más apasionada la catequización de los funcionarios civiles y la corrupción de altos jefes militares para inducir a aquéllos y a éstos a la infracción de sus imperiosos deberes cívicos por medio de la deturpación sistemática contra el candidato del pueblo.

Manifiesto Revolucionario de Adolfo de la Huerta. (1923: 922)

O fato é que, durante seu mandato, o relativo equilíbrio conseguido por Obregón era – para tomar de empréstimo um epíteto quase paradoxal – um “equilíbrio catastrófico” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 106). Talvez o maior problema da época para a pacificação do país era lidar com os diversos senhores da guerra herdados da fase mais quente da revolução: era grande a lista de generais que haviam se consolidado como as figuras

políticas predominantes dentro dos estados da federação.⁴ Na ocasião em que se deu a rebelião de Agua Prieta, Obregón conseguiu confirmar seu nome como o ponto de convergência e chefe natural dessa “constelação de ambições e prestígio” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 107), mas a situação ainda era frágil. Era preciso tomar medidas que dessem sustentação a uma paz mais duradoura e que, afinal, resistisse ao momento em que o general sonorense transmitisse o poder Executivo a outro (no que acabou por fracassar flagrantemente).

Conforme resumiram Aguilar Camín e Meyer, a estratégia do grupo vencedor em 1920 foi razoavelmente simples: “atrair, comprometer, eliminar” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 107). Francisco “Pancho” Villa, por exemplo, o maior desafio militar enfrentado por Obregón durante a guerra e que em nenhum momento dos dez anos anteriores havia deposto as armas, finalmente concordou em se retirar do campo de batalha após uma generosa doação de terras e renda pactada ainda no interinato de De la Huerta.⁵ Outros tantos, como Pablo González e Francisco Murguía, foram executados sob acusação de rebelião contra o governo.

Mais sistematicamente, porém, o governo federal buscou interferir na situação dos estados a fim de garantir o controle administrativo por parte de aliados – tendo sido Calles, na figura de secretário de Governança, de grande destaque nesse aspecto. Para não me estender demasiado sobre esse ponto, faço constar aqui apenas o caso do estado de Michoacán – um dos tantos mencionados por Adolfo de la Huerta no seu manifesto de 1923 como vítima de violação de soberania.

Francisco Múgica, o governador eleito em 1920 com apoio do interino De la Huerta, irá sustentar um programa radical de reforma agrária, além de seguir atuando com grande anticlericalismo, notável desde os tempos da Constituinte de Querétaro.⁶ De acordo com

⁴ Para uma lista bem detalhada de nomes, ligando-os as suas respectivas regiões, cf. AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 107

⁵ Segundo um aforismo atribuído a Obregón: “Não há general que resista a um canhonaço de cinquenta mil pesos.” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 108)

⁶ Francisco Múgica foi um dos mais destacados membros do Congresso Constituinte, realizado na cidade de Querétaro, tendo sido o primeiro presidente da Comissão de Constituição, responsável por apresentar os ditames a serem debatidos. Foi reconhecido também como um dos mais ativos integrantes da “ala jacobina”, parcela mais radical da Constituinte e protagonista no resultado final alcançado da nova Constituição, que rompeu as limitações dos preceitos do liberalismo oitocentista, inicialmente pretendidos.

Enrique Manzo, Múgica chegou a fomentar o surgimento de unidades armadas de camponeses e trabalhadores urbanos para que buscassem e defendessem seus direitos. Chocando-se fortemente com interesses dos fazendeiros locais, com a Igreja e com o esforço de centralização do governo federal, o governador michoacano logo se viu em apuros politicamente.⁷ De maneira que,

el presidente Álvaro Obregón [...] respondió al desafío que Múgica le lanzara con una serie de maniobras destinadas a sofocarlo económica, política y militarmente. Múgica se vio obligado a solicitar al congreso local una licencia por un año, con la esperanza de volver a recuperar la gubernatura en marzo de 1923, lo cual no le fue posible. (MANZO, 2001: 3)

Seu sucessor, Sidronio Sánchez Pineda (1922-24), já era de clara extração obregonistas e “durante estos años el manejo de la administración pública se caracterizó por una gran dependencia del gobierno central.” (MANZO, 2001: 3)

Essas manobras do governo federal, se bem contribuía para a tão desejada estabilidade após tantos anos de guerra e golpes, de forma alguma chegava a anular plenamente as ambições e projetos de outros grupos que não aquele de seus mais íntimos. A circunstância “favorável” começa a deteriorar mais claramente quando Obregón, conforme adiantado acima, anuncia e encampa a candidatura de Calles para sua sucessão. Apesar de ser uma das principais figuras de Sonora, o secretário de Governança não tinha nem de longe o prestígio e projeção nacional de seu amigo e chefe, o presidente. Talvez exagerando um pouco, pode-se dizer que era apenas mais um dentre tantos caciques regionais forjados pela revolução, mas que nos últimos três anos, por ocasião da rebelião de Agua Prieta e da posterior nomeação para um cargo-chave do governo, passou então a ser um político central do novo regime. Não obstante isso, Calles seria efetivamente repudiado por certos grupos, ao que Hudson Strode comentou que ele, de fato, “se recusou a gastar energia em ganhar amigos” [tradução minha] (STRODE, 1969: 133). Nesse estágio da pesquisa, só me é lícito inferir que a antipatia que lhe foi manifestada teria se dado (se não completamente, ao menos em boa parte) graças ao protagonismo exercido por ele no esforço de centralização política levado a cabo no período obregonista.

⁷ Não sei se chego a colocar aqui aquele episódio do telegrama de Obregón dando o Múgica como morto.

Opor-se a candidatura de Calles, por outro lado, também não seria tão simples. Dificilmente algum outro nome teria força política suficiente para converter-se em ponto de concórdia e consolidar uma base de apoio ampla o bastante para fazer frente a um candidato que, mesmo não sendo muito popular, possuía a visibilidade que lhe conferia o posto de secretário de Estado e tinha, no fim das contas, a bênção do presidente. Será esse o contexto no qual o nome de De la Huerta começa a despontar como o favorito entre aqueles descontentes com a direção obregonista e a candidatura de Calles.

Como fez notar Pablo Serrano Álvarez, ao longo do segundo semestre de 1923, desencadeou-se uma onda de manifestações de apoio a De la Huerta – antes mesmo que este tivesse decidido concorrer ao pleito. Dita “onda” encontrou força com uma ampla parcela dos Cooperatistas, que repetidamente lhe ofereceram a candidatura presidencial (e, na sequência dos eventos, se converteram no principal braço político do delahuertismo);⁸ perpassou ainda alguns grupos dissidentes de organizações trabalhistas alinhadas ao governo; mas foi no exército, acentua Serrano Álvarez,

fue en el ejército donde se perfilaron los respaldos más significativos: los generales Enrique Estrada, Salvador Alvarado, Fortunato Maycotte y Rómulo Figueroa eran las cabezas más visibles de una sorda y enconada oposición en las fuerzas armadas a la dirección obregonista y a la candidatura de Calles; más de uno hizo saber, sin ambages, que no sólo estaría dispuesto a apoyar la candidatura de De la Huerta,

⁸ O papel desempenhado nessa crise pelo Partido Cooperatista Nacional (PCN), assim como sua relação com Adolfo de la Huerta, parecem ter sido muito mais complexos do que será possível apresentar neste momento da pesquisa. Em linhas gerais, o PCN foi um partido de ascensão meteórica, criado em 1917, apoiador do Plano de Agua Prieta e que, no início de 1923, contava com 10 governadores de estados-chave da república, controlava as duas câmaras federais e diversos *ayuntamientos* – dentre eles, o estratégico Distrito Federal. Quando se aproximou a corrida pela sucessão presidencial, o PCN acreditou que deveria exercer papel destacado, mas, por outro lado, isso se chocava com as disposições centralizadoras de Obregón, que trabalhou para que nenhuma força política crescesse ao ponto de sobrepassar a sua própria. O partido e o presidente começam então travar embates, em diversas ocasiões, medindo suas próprias forças. Será nesse momento que o “delahuertismo” no interior do PCN começa a ganhar força, buscando um nome que pudesse fazer frente à candidatura oficial de Calles.

Um dos episódios decisivos da aproximação entre o PCN e De la Huerta envolvia as conturbadas eleições estaduais em San Luis Potosí. Jorge Prieto Laurens (presidente do PCN) foi declarado eleito com apoio da Suprema Corte, enquanto Obregón utilizou diversos artifícios para que tal fato não se efetivasse, chegando a proclamar a suspensão de poderes do estado – o que o colocava sob intervenção federal. De la Huerta, ainda secretário, teria se sentido inconformado com as ingerências do presidente e tentou interceder pelos Cooperatistas, mas nada conseguiu. Como observaram todos os autores consultados, a relação De la Huerta-PCN se tornou tão próxima, e a importância do partido na condução da rebelião foi tamanha que, quando foi enfim derrotada pelo governo, acabou significando também a morte política do Partido Cooperatista Nacional.

Para um bom relato sobre esses eventos, cf. DULLES, 1977, especialmente capítulos XXI e XXII. Para o histórico do PCN, cf. VALENZUELA, 1998. Já para um excelente estudo sobre o embate entre Obregón e o Cooperatista, com foco no caso de San Luis Potosí, cf. CASTRO, 2006.

sino que lo seguiría en caso de que decidiera levantarse en armas. [grifo meu]
(SERRANO ÁLVAREZ, 2011: s/p.)

Diante desse quadro político dramático, quando De la Huerta enfim decide encerrar a sua atitude vacilante diante das constantes especulações e declara seu aceite formal da postulação de sua candidatura feita pelo Partido Cooperatista, isso rapidamente se traduz em colocar-se a frente de um grande bloco político-militar que, ao que tudo indica, parecia estar com as armas prontas para serem empunhadas em caso de derrota nas urnas. A pressão exercida pelo lado do governo, com contínuas perseguições aos simpatizantes delahuertista (SERRANO ÁLVAREZ, 2011: s/p.), também não contribui para que a situação se resolvesse de forma pacífica. Ante aos rumores de atentado contra a sua vida, o agora ex-secretário de Fazenda dirige-se a Veracruz para se cercar de tropas amigas e, ali estando, cede ao espírito beligerante instalado na república lançando seu **Manifiesto Revolucionario** contra o governo, arrastando atrás de si quase metade do exército.

Quando a rebelião delahuertista foi enfim sufocada, esta que foi o maior desafio da década à estabilidade política do país, resultou por contribuir perversamente para que dita estabilidade pudesse se consolidar, uma vez que proporcionou a baixa forçada “por morte, exílio ou demissão, de 54 generais e 7 mil soldados” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 113). Após tão pujante vitória do governo, “a eleição [de Calles] tornou-se mera formalidade política” (BARBOSA, 2006: 183).

Política interna e política externa: Washington como o fiel da balança

El principio de igualdad civil [...] ha dejado de existir práctica y legalmente en México bajo la dictadura actual, que a cambio de armas y parque solicitados y recibidos directamente del Gobierno Americano para sofocar las corrientes de opinión pública y violar los principios revolucionarios con una nueva imposición electoral, otorgó a los extranjeros, exclusivamente, la inviolabilidad de sus propiedades, el pago inmediato y en efectivo del valor de las expropiaciones que sufran, la no retroactividad de las leyes y la prerrogativa de ser juzgado por tribunales especiales contruidos con mayoría de personal extranjero.

Manifiesto a la nación. Documento de apoyo al movimiento delahuertista. (1924: 926)

A vitória sobre os rebeldes – que teria demandado, inclusive, que o próprio presidente Obregón e o candidato Calles retornassem ao *front* (SERRANO ÁLVAREZ, 2011: s/p.) – foi

em muito facilitada pelo reestabelecimento das relações diplomáticas entre México e EUA, garantido fluxo de capitais e armamentos de forma exclusiva ao governo. O historiador Jean Meyer chegou a afirmar, talvez com algum exagero, que

as operações militares permaneceram em compasso de espera durante todo o mês de dezembro, enquanto o destino do movimento estava sendo decidido em Washington, pois não se tinha certeza se o Departamento de Estado apoiaria Obregón ou os rebeldes. (MEYER, 2002: 198)

Conforme já indicado acima, quando o **Plano de Agua Prieta** convulsionou mais uma vez a república mexicana, o governo de Washington achou por bem suspender o reconhecimento diplomático concedido outrora, de maneira a aproveitar a ocasião para melhor reivindicar seus interesses junto ao vizinho do sul: interesses que passavam por reclamações diversas de norte-americanos residentes no México; pelo pagamento da vultosa dívida externa tributária dos tempos de guerra; além das querelas envolvendo as expropriações de terra e contratos de exploração petrolífera em território mexicano – ambas baseadas nas disposições da nova Constituição.

Apesar da normalização de relações ter sido um assunto de primeira ordem para administração obregonista, havia muito em jogo para que o presidente simplesmente ignorasse as demandas nacionalistas da Constituição. Fortalecer o crédito interno e externo era algo prioritário e promessa de campanha do general sonorense, porém o preço exigido pelos EUA era bastante alto. Em 1921, o presidente Harding apresentou um tratado de amizade e comércio que, como pré-requisito ao reconhecimento norte-americano, exigia “garantias contra nacionalização, a não-aplicação retroativa das cláusulas estabelecidas na Constituição de 1917, [...], assim como o pagamento [em efetivo] ou devolução de todas as propriedades norte-americanas tomadas a partir de 1910” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 110). Tomado seriamente, o Tratado apresentado por Harding faz ressoar um comentário relatado por John Dulles: “se ha propuesto que la Ley Básica de México debe hacerse inaplicable en sus estipulaciones principales a los ciudadanos norteamericanos” (Antonio Gómez Robledo apud DULLES, 1977: 149).

E a reação do staff mexicano não deixou de ter seu quê de ambiguidade. Enquanto Obregón, pessoalmente, pendia para a resolução mais rápida possível desse problema, De la Huerta – como seu secretário de Fazenda e quem estava como presidente interino no

momento da ruptura diplomática – considerava simplesmente humilhante que se aceitasse a assinatura de um tratado (e um tão custoso como aquele) como condição prévia ao reconhecimento (CASTRO, 1997: 180-181). Por fim, a estratégia inicialmente adotada – desenhada pelo secretário de Fazenda, segundo Pedro Castro – era “llegar a acuerdos con las compañías petroleras y los banqueros y aun con el gobierno de Estados Unidos, antes de firmar un tratado políticamente riesgoso, que echaría por tierra los contenidos de la Constitución de Querétaro de 1917” (CASTRO, 1997: 181). Com esse motivo, De la Huerta sai em missão a Nova York, em 1922, para travar negociações com os petroleiros, com o secretário de Estado dos EUA, Charles Hughes, e com Thomas Lamont, secretário executivo do Comitê Internacional de Banqueiros.

O acerto conseguido (que ficou conhecido como Acordo De la Huerta-Lamont) girava principalmente em torno da dívida externa e foi fruto de conversas demoradas – ou assim pareceram a alguns membros do governo e do Congresso mexicano; não chegaram a se traduzir imediatamente no reestabelecimento de relações diplomáticas, tampouco garantiram prontamente o tão desejado empréstimo requisitado por Obregón para realizar obras de irrigação e financiar a criação do Banco Central mexicano. Segundo o próprio De la Huerta, o relativo fracasso desse acordo (sistematicamente atacado pela imprensa e por membros do Congresso) deu-se pelo descrédito que o presidente parecia ter com sua missão, além ainda da demora por parte do Congresso em ratificar o acordo em torno do pagamento da dívida externa – o que, por sua vez, embargava todos os outros pontos de pauta. Em um telegrama dirigido ao chefe, De la Huerta

lamentó “hondamente” la determinación de Obregón de no aprobar sus gestiones de manera clara y terminante, la “poca o ninguna” confianza que le inspiró y “la dureza de tu parte [de Obregón] para tratar al que ha sido un amigo leal y un fiel colaborador de tu Gobierno” (CASTRO, 1997: 196)

A relação entre os dois dirigentes do grupo de Sonora se deteriorava pouco a pouco. Em outro telegrama dirigido ao presidente, seu secretário afirma: “Mucho se hubiera conseguido si una poquita de confianza hubieras depositado en mí... Me pusiste en una situación verdaderamente comprometida.” (Adolfo de la Huerta apud CASTRO, 1997: 195-196). Some-se a isso a enorme energia dispendida por Alberto Pani, então secretário de Relações Exteriores, em minar a missão de Nova York, chegando ao ponto de enviar

comissários secretos aos EUA com promessas de condições mais vantajosas aos interessados em não aceitar as propostas do secretário de Fazenda.⁹ Diante dessa conjuntura, Pedro Castro resume a situação da seguinte maneira:

El fracaso político de los arreglos de Nueva York no fue, sin embargo, el problema principal en la política de Obregón hacia los Estados Unidos. Su propia obsesión por obtener el reconocimiento de Washington elevó hasta las nubes el precio que debía pagarse por él. La desilusión resultante de los intentos de De la Huerta por lograr el reconocimiento por la vía de los arreglos de la deuda, los raquíticos entendimientos con los petroleros [...] y el convencimiento de Harding y Hughes llevaron a Obregón a optar por la fórmula pragmática defendida por Alberto J. Pani. Para De la Huerta esta fue su derrota política, en favor de su más ferviente enemigo político quien, paradojas aparte, sería consejero cercano de Obregón y Calles. (CASTRO, 1997: 202)

A “fórmula pragmática” de Pani ganhou corpo no início de 1923, quando foi definida a realização de conferências travadas entre representantes de ambos os governos numa casa da Avenida Bucareli. Oficialmente, essas conferências teriam como única finalidade uma “troca de impressões” como que para pavimentar o caminho do reestabelecimento das relações diplomáticas. Pablo Serrano Álvarez (2011), todavia, observa que De la Huerta sequer foi informado oficialmente das conferências (vindo a saber de sua existência por um jornal de Nova York), fato também anotado por John Dulles (1977: 153) ao que ele adiciona mais um nome do gabinete de Obregón que alegou ter se tratado de um expediente secreto – foi José Vasconcelos, secretário de Educação Pública (DULLES, 1977: 155). Ao saber do que se passava e ter exigido examinar as minutas das reuniões para certificar-se que não se estava negociando um tratado que lesasse os termos já acordados em 1922, De la Huerta teria constatado que as conferências de Bucareli estavam indo por um caminho nocivo aos interesses mexicanos (ponto retomado nos dois “manifestos” lançados durante a rebelião).

É difícil saber até que ponto ele teria razão, uma vez que o conteúdo exato dos acordos nunca se fez público, tendo vindo à tona apenas algumas minutas abreviadas (MEYER, 1981: 1222) e a decisão de estabelecer duas Comissões Mistas de Reclamações para os estrangeiros que se sentiram lesados durante a guerra.¹⁰ Porém, mesmo que se desconfie dos diversos

⁹ Para referências a esse esforço de Pani em contra de De la Huerta, cf. CASTRO, 1997 e DULLES, 1977. Pablo Serrano Álvarez (2011) também observa esse fato, destacando como ele contribuiu para a erosão das relações entre De la Huerta e Obregón.

¹⁰ O acordo em torno das Comissões foi o único que passou pela aprovação do Congresso mexicano.

relatos registrados por Dulles (alguns com referência e outros não) que convergem para a aludida impressão de De la Huerta, não me parece absurdo afirmar que a mera existência daquelas reuniões em Bucareli, com seu caráter mais ou menos secreto, representava um expressivo ataque ao trabalho político realizado pelo secretário de Fazenda e parecia reforçar o surdo – mas progressivo – afastamento entre ele e Obregón. Quando, em setembro, o presidente informou ao Congresso que EUA e México retomariam as relações diplomáticas em decorrência dos acordos de Bucareli, De la Huerta emitiu a sua renúncia do gabinete.

As manifestações nas ruas que buscavam oferecer seu apoio a candidatura do agora ex-secretário só fizeram crescer; outras, que ofereciam apoio a Calles, também levaram quantidades expressivas de pessoas às ruas da capital. Tentando minar as forças da oposição antes que a situação se tornasse incontrolável, Obregón incumbiu Alberto Pani, novo titular da pasta de Fazenda, de realizar um detalhado relatório sobre a situação da secretaria. O que ficou conhecido como “Informe Pani” desferia acusações diretas ao seu antecessor de desvio de fundos e de ter deixado a Fazenda Pública a beira da bancarrota. Este foi o estopim para que De la Huerta enfim abandonasse sua postura vacilante que já se arrastava por meses (VALENZUELA, 2002: 60-63).

A realização das conferências no início de 1923; a agressividade com que o governo pressionou o Congresso para a aprovação do acertado em Bucareli (comparado com o relativo descaso dispensado anterior frente ao acordo De la Huerta-Lamont); a nomeação de Pani como novo titular da pasta de Fazenda e as acusações públicas feitas então; foram mais alguns elementos para formar o quadro já referido nesse trabalho: os insatisfeitos com o obregonismo e a candidatura de Calles buscam o nome de De la Huerta como alternativa e este, por sua vez, passa de sua postura vacilante para a derradeira aceitação que o colocou a frente da situação de beligerância que havia se instalado.

Diante desses ânimos tão exaltados, garantir o apoio dos EUA era uma questão de vida ou morte – não apenas como figura retórica – para os membros do governo frente à rebelião a ponto de estourar. A compra de votos de senadores e alguns assassinatos (MEYER, 2002: 198-199) foram o expediente utilizado pelo governo para conseguir a aprovação dos Acordos de Bucareli no Congresso e assim fazer com que Washington se comprometesse com grandes envios de armas exclusivamente para as tropas do governo e se recusasse a negociar com os

rebeldes (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000: 113). Em março de 1924, De la Huerta viaja para Nova York novamente, buscando algum apoio dos EUA para sua causa. Fracassou e com isso estava completamente liquidada a rebelião delahuertista.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho, tentei tomar o levante militar liderado por Adolfo de la Huerta como ponto de partida (e chegada) numa análise que pretendeu considerar alguns aspectos do governo de Álvaro Obregón (1920-1924), o primeiro presidente eleito da “Reconstrução” (1920-1935). Os manifestos do delahuertismo, tocando em temas como a sucessão presidencial, concerto político herdado da guerra civil e a espinhosa relação com os EUA, permitem abrir questões que se projetam retrospectivamente sobre o contexto que tornaram possível a rebelião, expondo problemas que a administração obregonista não havia conseguido resolver de maneira satisfatória. Conforme mencionado nos primeiros parágrafos, esse texto se inscreve num esforço de pesquisa maior, ainda em curso. Espero que os resultados parciais aqui obtidos tenham conseguido nuançar a fortuna crítica de se considerar um dado evento histórico nas dobras que ele faz sobre suas condições de possibilidade.

Referências

1. Fontes

CALLES, Plutarco Elías. **Carta a Adolfo de la Huerta**, 07 de out. 1919. Disponível em: http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1919_206/Revolucion_y_Regimen_Constitucionalista_Documento_936_Carta_del_Gral_Plutarco_El_Calles_a_don_Adolfo_de_la_Huerta_comunicandole_el_resultado_de_su_entrevista_con_don_Venustiano_Carranza.shtml. Acesso em: 01 set. 2012.

MANIFIESTO a la nación. Documento de apoyo al movimiento delahuertista, 1924. In: Román Iglesias González (Introducción y recopilación). **Planes políticos, proclamas, manifiestos y otros documentos de la Independencia al México moderno, 1812-1940**. Universidad Nacional Autónoma de México: México, 1998, p.925-934.

MANIFIESTO Revolucionario de Adolfo de la Huerta, 07 de nov. 1923. In: Román Iglesias González (Introducción y recopilación). **Planes políticos, proclamas, manifiestos y otros documentos de la Independencia al México moderno, 1812-1940**. Universidad Nacional Autónoma de México: México, 1998, p.921-924.

OBREGÓN, Álvaro. *Manifiesto a la Nación*, Bravo, Guerrero, abr. 1920. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1920MAO.html>. Acesso em: 31 jan. 2012.

PLAN de Agua Prieta, Agua Prieta, Sonora, 23 abr. 1920. In: GARCIADIEGO, Javier (org.). **Textos de la Revolución Mexicana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=103&begin_at=176&tt_products=362. Acesso em: 24 jan. 2012.

2. Bibliografia

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução mexicana*. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *20 de novembro de 1910: a Revolução Mexicana*. São Paulo: Lazuli, 2008.

_____. *A fotografia a serviço de Clio: Uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CASTRO, Pedro. El convenio De la Huerta-Lamont de 1922: la diplomacia financiera como arma de la revolución. In: *Economía: teoría y práctica*, n. 7, Universidad Autónoma Metropolitana, unidad Azcapotzalco, 1997. Disponível em: <http://www.azc.uam.mx/publicaciones/etp/num7/a4r.htm>. Acesso em: 01 set. 2012.

_____. Prieto contra Manrique: las elecciones en San Luis Potosí de 1923. In: *Revista de El Colegio de San Luis*, n.22-23, ano VIII, enero-agosto, 2006. Disponível em: <http://www.colsan.edu.mx/revistacolegio/archivos/22-23vpig.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

DULLES, John W. F. *Ayer en México*. Una crónica de la Revolución (1919-1936). México: FCE, 1977.

MANZO, Enrique. Centralización política y grupos de poder en Michoacán, 1920-1940. In: *Política y Cultura*, otoño, n. 016, Universidad Autónoma Metropolitana, unidad Xochimilco, 2001. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/267/26701611.pdf>. Acesso em: 01 de set. 2012.

MEYER, Jean. O México: Revolução e Reconstrução nos anos 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: volume 5, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.

MEYER, Lorenzo. El primer tramo del camino. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (coord.). *Historia general de México* (tomo 2). México: El Colegio de México, 1981.

SERRANO ÁLVAREZ, Pablo. La rebelión delahuertista. In: *Expedientes digitales del INEHRM*, Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, 09 dez. 2011. Disponível em: <http://www.inehrm.gob.mx/Portal/PtMain.php?pagina=exp-rebelion-delahuertista-articulo>. Acesso em: 01 set. 2012.

STRODE, Hudson. Alvaro Obregón: the happy man with one arm. In: WILKIE, James W. & MICHAELS, Albert (Eds.). *Revolution in Mexico: Years of upheaval, 1910-1940*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1969.

ULLOA, Berta. La lucha armada (1911-1920). In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (coord.). *Historia general de México* (tomo 2). México: El Colegio de México, 1981.

VALENZUELA, Georgette José. Campaña, rebelión y elecciones presidenciales de 1923 a 1924 en México. In: *Estudios de historia moderna y contemporánea de México*, n.23, enero-junio, 2002. Disponível em: <http://www.journals.unam.mx/index.php/ehm/article/view/3051>. Acesso em: 22 mar. 2013.

_____. Entre el poder y la fe: el Partido Nacional Cooperatista ¿Un partido católico en los años 20? In: GALEANA, Patricia (comp.). *El camino de la democracia en México*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1998. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/3/1015/16.pdf>. Acesso em: 19 mar 2013.

WILKIE, James W. & MICHAELS, Albert (Eds.). *Revolution in Mexico: Years of upheaval, 1910-1940*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1969.

WOMACK, John Jr. A Revolução Mexicana, 1910-1920. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: volume 5, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.